

## RECENSÕES

### LITERATURA INFANTIL: AS CONTRADIÇÕES DO GÊNERO\*

Ao que tudo indica, chegou a hora e a vez da literatura infantil no Brasil. O fato, na verdade o resultado de todo um esforço que vem, há algum tempo, sendo empreendido por especialistas, professores e escritores (e mais recentemente, é claro, por editores), começa a dar seus frutos: hoje autores de livros infantis vendem muito bem, são procurados por professores que querem levá-los a suas escolas e o público infantil tem suas preferências.

Se esta virada da maré é, por um lado, muito positiva, já que indica um aumento de interesse pela leitura, por outro lado corre-se também o risco de, no entusiasmo, se igualar, de repente, todos os livros, numa generalização que, ao anular diferenças, é enganadora e perniciosa. É aí que é preciso salvar da confusão os livros realmente significativos e que, por sua qualidade, podem acrescentar, verdadeiramente, à literatura e ao leitor. Daí a importância de critérios e da definição do gênero cujo estatuto, como se sabe, é ainda confuso. Entre o "literário" e o "infantil", muitas vezes, dilui-se o critério de qualidade. No entanto, o fato é que só livros que, enquanto obras literárias, em seu caráter artístico, atuam sobre o leitor, levando-o a descobrir e a participar de um universo significativo e vivo, podem ter caráter liberador e formador. Não é por sua intenção de formar a criança que a literatura infantil o faz, mas, indiretamente, por seu caráter de obra de arte. Esta função por assim dizer emancipatória não se faz ao acaso, nem pode ser forjada falsamente: ela emerge da obra e é decorrente de sua própria estrutura.

Daí a importância, neste momento, de estudos que se preocupem em elucidar aspectos teóricos da literatura infantil, bem como exercer uma análise dos textos conhecidos, abrindo caminhos para uma melhor definição do gênero. Esta é, precisamente, a preocupação que move as autoras de *Literatura Infantil: autoritarismo e emancipação\**, que a Atca vem de lançar, em que as professoras e pesquisadoras gaúchas Regina Zilberman e Lígia Cadedomartori Magalhães reúnem cinco ensaios, num percurso que vai dos estudos teóricos à crítica de obras, com que comprovam suas proposições.

\* Este artigo foi publicado originalmente no Suplemento Cultura, de O Estado de São Paulo, tendo sido reproduzido com autorização desse periódico.

Os textos, que podem ser lidos individualmente ou em conjunto (como sugerem suas autoras), preservam a "unidade do todo", e guardam sadia intenção polêmica. Não obstante a variedade de ângulos pelos quais são analisados os problemas, o livro mantém-se como unidade, já que a mesma orientação informa todos os ensaios: partindo de uma perspectiva genética, situando o gênero historicamente, como produto contemporâneo à organização da família burguesa, as autoras consideram sua vinculação com os objetivos pedagógicos da sociedade para, por esta via, verificar as relações entre textos, sociedade e leitor.

Como observa o crítico Fábio Lucas ao prefaciar o volume, o estudo é agudo e metódico. Procura-se, nele, ressaltar os vínculos do gênero com os interesses de uma sociedade de classes para, partindo do próprio caráter utópico da arte, assinalar sua dupla condição — produto comprometido por sua gênese, mas desalienador e liberador, na medida dos espaços que abre à reflexão, à imaginação e à participação do jovem leitor.

É neste rumo que vão avançar os cinco ensaios deste volume. Em "O estatuto da literatura infantil", primeiro da série, Regina Zilberman destaca as dificuldades de realização de uma modalidade literária que é assinalada, em geral, pela banalidade dos temas, fixa estereótipos humanos e veicula comportamentos exemplares. Esta direção "modelar" decorreria, segundo a autora, do caráter "pedagógico" decorrente da história do gênero, fruto da ascensão da família burguesa que, ao conceder novo status à infância na sociedade, e ao reorganizar a escola, associou literatura infantil e pedagogia. Esta identificação original teria sido a dificuldade para o estabelecimento de um estatuto artístico ao gênero, visto quase sempre como menor.

Tecendo considerações de ordem histórica, a ensaísta formula um conceito de infância, tomando-o em relação ao conceito de família e ao papel concedido pela sociedade à mulher e ao casamento. Estas incursões no domínio da história e da sociologia que poderiam afastar o texto de seu objetivo, servem, no entanto, para melhor iluminar a análise, de vez que elucidam nexos do processo social com o cultural e suas consequências para a problematização do tema. Temas como o da organização patriarcal da família, da preservação das crianças, da ideologia familista fundada no individualismo, a necessidade da qualificação da figura materna para melhor promover a diferenciação da infância e o sentido enclausurador do enalino, remetem a outras questões que se imbricam nesta complexa rede e reforçam a constatação, de resto evidente, de que em sociedade nada é fortuito e todas as fatos se relacionam.

Como refere R. Zilberman, citando C. Baumgärtner, "o que chamamos literatura infantil 'específica', isto é, os textos escritos exclusivamente para crianças, têm sua origem primariamente não em motivos literários, mas pedagógicos". Ela aí o grande impasse e o caráter de dominação assumido por essa literatura.

No entanto, é pela via da função psíquica da literatura infantil, como forma de produção artística, que se abrem suas possibilidades liberadoras.

Ela aí um ponto vital da proposta: ao trabalhar com a "linguagem", que preenche função de conhecimento e com a "história", como forma de relação com a realidade, amplia-se sua função, que passa a atingir a criança em outro nível, quase inconsciente. Pelo processo de identificação psíquica, atua-se sobre o ideológico. Esta ambigüidade fundamental da literatura infantil: dirigida e liberadora, observada pela autora, permitirá ao gênero ser alternativa de, como "meio de acesso ao real", ao se fazer aberto (sem fronteiras), permitir a fantasia, exercício de liberdade do leitor. Por este prisma, a dicotomia realismo x fantasia, que tem preocupado tantos pesquisadores tem sido, como se deduz, falsamente colocada, já que, para a criança, a fantasia é o real. Este e outros temas, como o da necessidade de formação do hábito de ler, colocado como exigência de uma sociedade que precisa transmitir seus próprios valores ("o ler transforma-se em instrumento de ilustração e sinal de civilidade") retoma, segundo a autora, a natureza ambígua do gênero e remete, em última instância, à análise do papel do leitor infantil.

É para este rumo que se volta o segundo ensaio de R. Zilberman, intitulado "A literatura infantil e o leitor", onde se acentua a necessidade de verificar o caráter da ação exercida pela leitura sobre o leitor.

Para esta investigação remonta-se a diversas teorias literárias desenvolvidas neste século, desde as propostas dos formalistas russos, no início do século XX, passando pela crítica ao próprio formalismo e ao estruturalismo tcheco. Este percurso teórico (que poderá parecer supérfluo aos leigos em teoria literária) é a base e a justificativa necessárias para a colocação de algumas questões importantes, como a do ponto de vista do narrador, da função estética do texto e da participação do leitor (conforme os adeptos de Jauss, teórico da "estética da recepção").

Traz-se, assim, à baila, temas essenciais que são, de fato, os meios para resolver o impasse do gênero. Se a literatura infantil, por ser dirigida pode ser limitadora, enquanto obra literária pode ser emancipadora: através da "norma estética", forma de violação do sistema lingüístico, nasce a originalidade e a qualidade "literária", desautomatizando a percepção e proporcionando uma visão pessoal.

Ao esclarecer as relações entre os textos e a ideologia veiculada pela linguagem, revelam-se formas de deslindamento deste impasse. A indissociável relação entre o conteúdo e sua formulação lingüística aponta para um fato, fundamental: o livro para crianças deve ser, sobretudo, um livro de arte literária: não há fraude que esconda esta realidade. Por esta via, chega-se ao uso dos textos e à maior ou menor possibilidade de ser concedido à literatura seu papel emancipatório, na medida em que nela se permita ao leitor a identificação com diferentes personagens, portanto sua participação e escolha.



Estes pontos de vista se esclarecem a partir de lúcida análise de conhecidas histórias da literatura infantil ocidental e brasileira, como *O Mágico de Oz*, *Peter Pan* (na versão de Lobato), *As aventuras do avião vermelho*, de Érico Veríssimo, *A ilha perdida*, de Maria José Dupré ou *Corda bamba*, de Lygia Bojunga Nunes. A seleção permite verificar procedimentos literários em textos, que, escritos em diferentes épocas, são amplamente lidos pelas crianças brasileiras. Esta é, em meu entender, outro dos pontos altos do livro, que preenche, deste modo, um espaço só utilizado pela crítica de jornal, esse mesmo realçado, infelizmente, de forma esporádica, com poucas exceções.

É por esta característica prática que o ensaio de Lígia C. Magalhães, que se detém sobre os aspectos lúdicos dos textos poéticos e as relações existentes entre o jogo e a linguagem, é também oportuna. A questão da poesia na escola, que começa a se constituir em área de estudos de pedagogia e de pesquisadores da literatura, encaminha a reflexão sobre as possibilidades da poesia, enquanto forma da liberdade e expressão de um sujeito.

É ainda a noção de sujeito que dará margem a "História infantil e pedagogia", de L. Magalhães, onde a autora se detém sobre contos clássicos como *As fadas*, de C. Perrault, ou *O patinho feio*, de Andersen, para mostrar aspectos não emancipatórios destas narrativas, cujos esquemas de exemplaridade são condicionadores e pedagogizantes. Já ao analisar *Nas terras do rei café*, de Francisco Marins, e *O minotauro*, de M. Lobato, o ensaio identifica o caráter informativo (portanto pedagogizante) dos textos, acentuando, porém, as diferenças de níveis de crítica proporcionadas por um e outro.

Finalmente, o último estudo, de Lígia C. Magalhães, propõe uma visão do conjunto da literatura infantil brasileira, que considera, numa definição acertada, uma literatura "em formação". De fato, nossa literatura infantil ainda não criou seu corpus e sua história está ainda se fazendo. Situando a produção de textos para crianças a partir dos finais do século XIX, a autora passa por Lobato, para se deter em novas contos de fadas, como os de Fernanda Lopes de Almeida, renovadora das histórias clássicas e em obras de intenção realista, como as de Wander Piroli. A análise de textos como os de Lygia Bojunga Nunes, bem como de *Os meninos da rua da Prala*, de Sérgio Caparelli, autor insuficientemente conhecido no Brasil, completam a revisão, que se afirma pela qualidade e representatividade do corpus analisado.

Esta preocupação com a atualidade, somada a critérios de rigor e organicidade e a uma bem informada bibliografia, assegura à obra sua importância e oportunidade. A estas qualidades acrescenta-se o fato, extremamente positivo, de que, ao pôr de lado a erudição acadêmica que se recusa a ver nos textos literários o material prioritário de análise, as autoras se debriçaram sobre as obras para esmiuçar seus processos e significados, ou seja, sobre a realidade concreta da literatura.

Finalmente, por seu caráter polêmico, estes ensaios suscitam outras questões sobre as quais as autoras não se estenderam, como o tópico fundamental do papel dos mitos nas histórias infantis, como nota Fábio Lucas em seu prefácio. A exploração deste tema, já feita com acerto por B. Betteheim em sua *Psicanálise dos contos de fadas*, certamente, tomada do ponto de vista não só psicológico como cultural esclareceria, talvez, passos do processo de identificação do leitor com o texto, já sugerido pelas autoras.

De resto, mantém-se como pólo de investigação a questão central, e da ambigüidade do gênero em sua dupla possibilidade pedagógica e liberadora, e, sobretudo, a do impasse causado pela constatação de que a necessidade de leitura está associada aos interesses da cultura burguesa. É preciso pensar o problema adiante. De qualquer modo, esboçam-se aí rumos para o esclarecimento deste dilema que, certamente, deve ocupar todos quantos refletem sobre a importância da leitura como instrumento de crescimento humano.

É de se desejar que outros pesquisadores, do mesmo quilate, voltem-se sobre estes temas, oferecendo aos interessados pela literatura infantil, leigos ou não — pais, educadores e escritores — recursos para a difícil tarefa de selecionar, recomendar ou escrever livros que, atendendo ao gosto do leitor mirim sejam, simultaneamente, verdadeiras obras de arte literária.

\* ZILBERMAN, Regina & MAGALHÃES, Lígia Cademartori, *Literatura infantil: autoritarismo e emancipação*, São Paulo, Atica, 1982.

Lígia Averback

## POESIA DE PORTUGAL

### I

Acabo de receber o livro de poesias *Interior à luz*, de Antônio Salvado, publicado em Castelo Branco em 1982.

Os 54 poemas curtos traduzem amor, simplicidade e interioridade. Na lírica espontânea e bem trabalhada dos versos percebe-se uma alma translúcida e um coração inquieto à procura de algo permanente e eterno.

A sua inquietação se traduz desde o primeiro poema — APELO, com um dístico apenas:

"Nômade voz que escala o muro a torre,  
insubmissa vagueia como o vento."

Há todo um mundo que se transluz e se traduz nesta "nômade voz" e neste "vento": imagens errantes do ser humano na eterna busca.



Outro poema-dístico ALEM — aponta apenas as imagens visuais repletas de emoções da eternidade:

"Como enorme vasilha, céus floridos  
as estrelas são lírios infinitos."

Na desilusão e na desesperança o poeta percorre o TRANSIT em quatro versos:

"Se pudera não deixar que a pupila  
retenha a chaga; rio mar que sombe,  
a própria dor que além existe e grita,  
passará como sonho. E tudo é sonho."

O poeta tem a vocação aberta à interioridade, na ânsia de infinita eternidade e na ausência da desesperança.

## II

Chegaram até nós *Cantares de além mar* publicados por Acta Universitatis Combrigensis, em 1962, e distribuídos pela Fundação Calouste Gulbenkian.

*Cantares de além mar* constituem uma coletânea de poesia vivencial, popular de emigrantes portugueses nos Estados Unidos.

Os autores são gente do trabalho, gente simples com pouca instrução e muita sabedoria e experiência que a escola da vida ensina.

Eduardo Mayone Dias faz a apresentação dos autores e dos textos e declara: "Poesia vivencial lhe chamei. De fato, para começar quase toda ela é narrativa, à boa maneira do romance tradicional. E por falar de romances, que flagrantes convergências! O apelo ao sensacional — "Um crime horrendo" —, o começo *in media res* — "Vida de Antônio da Silva no País Americano e na Guerra" —, o ritmo heptassílabo, a freqüente assonância ou consonância em a, o penhor dramático — ateste-se em "Desordem de Dois Individuos" na noite de trovões, na mulher vestida de luto, na negra barca no mar — a presença da religião, a nota última de arrependimento e a salvação moralizante tudo são características destes poemas que gritantemente atestam a força da radiação. O que não surpreenderá quem estiver familiarizado com a vigência do romance tradicional entre o emigrante português em terras americanas, seja qual for a sua origem regional."

A coletânea apresenta literatura popular no seu sentido mais puro. São pessoas de poucas letras que desejaram deixar imortalizado nas letras o relato dos seus sonhos, dos seus sofrimentos e das suas vitórias e amarguras em terras americanas.

O autor da coletânea e da introdução assim explica a origem dos textos: "Foi no verão de 1976 que me comeci a interessar verdadeiramente pelo assunto. Aconteceu durante o curso de férias da Universidade da Cali-

fórnia, em Santa Bárbara. No fim de uma aula um aluno meu, luso-americano, veio mostrar-me um caderno onde se encontrava copiado um poema escrito pelo seu avô. Era "A Vida de Antônio da Silva no País Americano e na Guerra". Terminada a sua leitura, logo me entusiasmei por este gênero e decidi procurar outros poemas. E encontrei. Os poemas datam de 1885 até ao presente. O lirismo português não esmoreceu ao sol ou ao frio destas paragens americanas".

É o líheu dos Açores ou da Madeira ou o português de outras regiões do continente que emigra e deixa no seu rastro de amor, de saudade, de tristeza e de trabalho a folha escrita do registro perene que envia às gerações futuras o pulsar do coração cartgado de sentimentos, a fim de pulsar uníssono a outros corações irmãos, na fraternidade universal.

Ir. Elvo Clemente

## BEM MAIS SÉRIO DO QUE PARECE

"O que está em jogo, como se vê, é a noção de 'literatura'. A crise do ensino da literatura obriga a reconhecer que este termo só designa uma configuração histórica de práticas discursivas que se constituíu tardiamente e que está em vias de desaparecer. Nem os Gregos, nem os Latinos, de que ela se vale abusivamente, nem a Idade Média, que ela conserva prudentemente no desvio, nela se reconheceriam."

Pierre Kuentz

Redigido inicialmente como tese de doutoramento apresentada à Universidade de São Paulo, o trabalho de Marisa Lajolo sobre Bilac e a literatura escolar na República Velha manteve sua forma em livro com o nome de *Usos e abusos da literatura na escola*. E encontrou molde preciso, já que a *Autora* — acertando projeto e estilo — apoiada numa perspectiva histórica e crítica, desmonta, em 168 páginas de texto irreverente e anti-acadêmico, o esquema "bem comportado" da utilização dos textos de Bilac, aproveitados pela escola brasileira ao longo do tempo (e até há pouco, com certa freqüência).

Na verdade, o questionamento dos livros didáticos, como a própria *Autora* mostra na sua revisão histórica do problema (capítulo 2, sobretudo), não é totalmente novo. Os trabalhos que visam ao estudo das relações entre educação e ideologia, e, mais especificamente, entre educação e literatura (na linha do que Antônio Cândido vem fazendo) ou, as pesquisas de teóricos como Eco e Bonazzi, e outros, a respeito do uso de livros didáticos — que serviram de ponto de partida para algumas pesquisas no Brasil, como a de Maria de Lourdes D. Nossella — são uma prova de que uma "contra-leitura" do discurso da escola, no que diz respeito aos seus conteúdos (e-nunciados), é não apenas possível, como fértil.



É na linha do desmascaramento dos nexos subjacentes às propostas formuladas por uma escola interessada antes em vender uma imagem dos "belos ideais" que em proporcionar o estudo das formas literárias como expressão artística e forma de conhecimento do mundo, que esse trabalho se desenvolve.

Toda leitura se faz na e pela língua, eis porque a aprendizagem da língua materna, incluindo o estatuto que lhe é atribuído, é fundamental. Por isso, ao reconhecer a importância da escola de 1º grau como lugar privilegiado do ensino da língua materna — e, portanto, do instrumento para escrita (feita) e leitura (entendimento) — base para os estudos posteriores, em que a literatura desempenha papel expressivo, a Autora volta sua atenção para os sistemas que regem a organização dos textos didáticos — caso da obra de Bilac — paralelamente àquelas que ditam a organização de leis e todo o aparato pedagógico cultural (a organização escolar, os currículos, os sistemas de exames e provas, bem como a imprensa e outras formas de espaços da cultura).

Ao situar a realidade da história da sociedade brasileira do fim do século XIX (em que se afirma a obra de Olavo Bilac), Marisa Lajolo estuda e ascensão do "espírito nacionalista" (que se derramará nas formas artístico-culturais, sobretudo literárias, até o movimento modernista) e o papel significativo desempenhado por Bilac no mundo literário da época. Como mostra a Autora, Bilac "escreveu novelas satíricas, com ou sem parceria" e "a propósito de uma delas forjou polémicas em um jornal para melhor vender seu produto", além de ter produzido "obras didáticas", traduzido livros infantis, feito conferências, sonetos e paródias. Enfim, usou (e abusou, segundo Marisa) da palavra (feiz-se poder), em todas as formas de difusão que estiveram ao seu alcance.

Se acompanhamos esta trajetória, podemos ver como muitas de suas faces corresponderam aos desencontros de seu tempo e da sua classe. Republicano e abolicionista, "poeta de sucesso, jornalista consagrado e como consta do currículo de qualquer intelectual brasileiro, funcionário público", esclarece a Autora, "ocupando cargos ligados à educação", Bilac renegaria, ao final de sua vida, grande parte de sua obra — talvez a melhor — a que revelaria o intelectual irônico e crítico, o poeta erótico (considerado muitas vezes obsceno), face que — certamente a menos louvada pela pedagogia oficial — foi sacrificada pelo autor, em benefício da imagem necessária ao prestígio (e que lhe assegurou a fama em vida).

Ao mesmo tempo, ao buscar entender como o sucesso da obra poética de Bilac correspondeu a uma adesão de sua escrita a uma perspectiva que interessou ao público leitor, Marisa Lajolo está empenhada em ver como (e por que) se faz a grande popularidade do poeta e como se estabelecerá a interação desses textos com os leitores. Neste sentido, não é desimportante o fato de que Bilac, autor de livros didáticos (produzidos sozinho ou de parceria), tenha publicado durante doze anos consecutivos nessa área. Es-

crevendo profusamente, ele teve em mente chegar ao seu público, o o fez com uma habilidade digna de verdadeiro técnico em "merchandising". É interessante sua defesa do uso do "livro único" (já naquela época apresentado como argumento de indiscutível idoneidade), projeto que, no entanto, encobre o verdadeiro autoritarismo advindo de lições, apresentadas como de indiscutível verdade e que (para seus autores) tinha a vantagem de tomarem (obviamente) inquestionáveis todos conteúdos enunciados. Daí, a força maior do tipo de enunciação e enunciado veiculados.

A educação pela literatura, o repertório dos textos que se reúnem como "corpus" literário, ou seja, aquilo que os manuais acolitam e "sacramentam" como textos considerados "literários", eis o que interessa destacar. No caso da obra de Bilac, ao lado disso, a identificação da manipulação de conteúdos discursivos apresentados com pretensão formadora, e onde o patrioteiro vaza dos temas e do tom e articula o discurso. A leitura dos modos de produção dessa enunciação — objeto da tese —, revela como, através de uma retórica muito bem articulada e estrategicamente disposta, se constrói um discurso que atende aos interesses da classe dominante, expresso por um autor (não por acaso) chamado "príncipe dos poetas".

Como fica demonstrado, à guisa de passar aos alunos os "belos textos", o que se realiza nessa obra é "sempre a imposição de um modelo de comportamento: a conduta exemplar é insinuada, ordenada, manifestada pelo Autor *ex-cathedra* do livro que não disfarça suas intenções docentes". Então, o que se apresenta como forma de "ensinar o gosto literário" esconde de fato, o discurso da manipulação, em que interessa "moldar" o aluno, isto é, "formá-lo" como cidadão. É bom lembrar, a esse respeito, que, em certo sentido, todo manual didático-literário acaba realizando um processo de mitificação, na medida em que o autor seleciona arbitrariamente seus materiais, conforme determinados objetivos (na maior parte das vezes camuflados). Construídos como um suposto "corpo homogêneo", os manuais de literatura são, evidentemente, o fruto de uma ótica particular, que organiza a "história literária", conforme determinados constructos e critérios, os quais correspondem sempre à ótica de seus organizadores (os "intelectuais"), e não a uma verdadeira "história" das formas literárias, como parte da história. O ideológico atravessa a linguagem, estamos cansados de saber. Reconstituir as rasuras, descobrir, sob o signo aparente, a presença do discurso subjacente, eis o que importa nessa leitura dos textos didáticos de Bilac.

Assim, na medida em que se realça a importância de Bilac como "comunicador" (ênfaticada por Antônio Cândido no prefácio), pode-se assinalar as faixas mantidas pela obra bilaciana, tanto com as expectativas do público leitor (o "gosto" da época, entre outras coisas), suas reações, como (e principalmente) com o tipo de linguagem e formas assimiláveis por esse público (sua adesão, portanto). O pacto estabelecido fica, assim, esclarecido. A leitura feita desses textos mostra como, valendo-se da redundância — grata aos consumidores de literatura digerível, então, como agora —, do uso

do épico como forma mais "didática" para chegar aos leitores, do uso de certas formas específicas (como a fábula), Bilac teve uma aguda consciência do leitor, isto é, assumiu o papel de um discurso que, nem neutro nem inocente, funciona como poderosa forma de condução ideológica. O levantamento desses recursos retóricos, utilizados com engenho e arte por Bilac, é realizado pela Autors, para demonstrar como, ao "ensinar pela literatura", o poeta comprometeu a "educação para a literatura".

Se esse estudo, do ponto de vista de sua utilização didática poderá parecer, à primeira vista, de relativa importância, é bom lembrar que o exemplo vale, quanto mais não seja pelo valor histórico, sobretudo, como modelo de articulação de discurso que se faz no ensino do literário, na escola. A importância desse tipo de pesquisa está, justamente, no desvendamento das verdadeiras condições de produção e consumo do objeto literário, da mística dos textos "inalteráveis", enfim daquilo que é sacralizado e passado às novas gerações como o legado cultural de uma dada sociedade. Na verdade, os textos utilizados na maior parte dos livros escolares são meramente pretextos para uma prática discursiva dita "formativa", em que a literatura, ao invés de corresponder à produção de uma linguagem específica de arte, oculta um legítimo catecismo de preceitos morais e "pedagogizantes", para fazer do leitor (aluno) um instrumento das leis da sociedade. Descobrir, sob a ilusória coerência desses manuais, as regras do jogo segundo as quais se joga a partida da sociedade, eis uma tarefa básica. Assim, pondo-se em relação dos funcionamentos historicamente analisáveis, levando em conta suas interações, buscando-se ver os laços e modos de articulação do fenômeno literário e o funcionamento da ideologia dominante, como quer F. Vernier, em seu estudo sobre os modos de leitura, poder-se-á desmistificar os usos da literatura e, afinal, fazer aparecer a quem interessam essas utilizações feitas em nome da "beleza" e da "verdade" das Belas Letras.

O que importa, em trabalhos dessa ordem, é a amostragem, a revelação do modo como esses processos se operam. Em última análise, o esclarecimento de como o ensino mais "inocente" pode funcionar como peça de uma engrenagem nada desinteressada. Só a partir dessas tarefas de limpeza do terreno é que se poderá tratar, com clareza, dos métodos desejáveis para um ensino em que a literatura apareça em sua verdadeira função de expressão artística, estética e historicamente marcada, e, conseqüentemente, emancipadora.

LAIOLA, Marisa. *Usos e abusos da literatura na escola*. Rio de Janeiro, Globo, 1982.

Lígia Averbuck



Av. Bento Gonçalves, 4086

Telefones: 36-8487 — 36-9300 — 36-8887

RAMAL PUC 113

CEP. 90.000 — PORTO ALEGRE — RS — BRASIL